

CONSULTA PÚBLICA ANP 26/2021

Delimitação da área de Campo

18.02.2022

Agenda

Histórico do tema

Linhas gerais sobre comentários Petrobras

Importância da definição dos limites dos Campos com base em critérios geológicos e no momento da Declaração de Comercialidade

Três processos arbitrais em andamento, desde 2014, em que a Petrobras atua como Operadora e há outras 4 Concessionárias envolvidas

Consulta Pública ANP nº 1/2017 (suspensa) objetivou revisar RANP 17/2015: problemas sinalizados pela Indústria via IBP

Tomada Pública de Contribuições 9/2018: contribuições Petrobras com definições geológicas sobre reservatório contínuo, sobreposição de reservatórios e papel da infraestrutura

Acordo de Parque das Baleias (assinado em abril/19) estabeleceu solução com base em critério geológico

Previsões constantes da Lei do Petróleo (Lei 9.478/1997) sobre o tema:

Art. 6º, inc. X - *Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;*




Art. 6º, inc. XIV - *Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;*

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a: (...) III - realizar a avaliação da descoberta nos termos do programa submetido à ANP, apresentando relatório de comercialidade e declarando seu interesse no desenvolvimento do campo;

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a: (...) IV - submeter à ANP o plano de desenvolvimento de campo declarado comercial, contendo o cronograma e a estimativa de investimento;

Algumas propostas incorrem em desvio de finalidade, dado que extrapolam o limite do conceito de Campo estabelecido na Lei do Petróleo



- I. *Reservatórios contínuos são aqueles que têm todos os seus pontos comunicados hidraulicamente na fase de hidrocarbonetos;*
- II.  *Instalações compartilhadas com objetivo de desenvolver conjuntamente jazidas devem ser consideradas no processo de delimitação de campo;*
- III.  *Reservatórios avaliados a partir de um plano de avaliação de descoberta (PAD) comum devem ser considerados na delimitação de campo; e*
- IV.  *Reservatórios contínuos a profundidades variáveis que sejam sobrepostos ou compartilhem instalações ou tenham origem no mesmo PAD seriam incluídos em um mesmo campo.*

Premissas controversas para embasar a motivação para revisão da RANP 17/2015

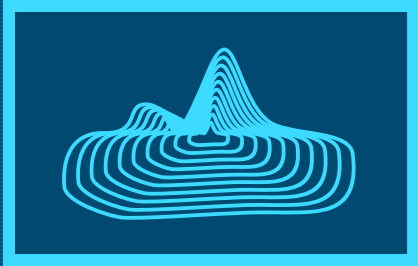


AIR

Destaque para os problemas na **Análise de Impacto Regulatório (AIR)**:

- (i) Resolução atualmente vigente extrapolou o estabelecido na Lei do Petróleo ao considerar critérios operacionais, econômicos e contratuais na definição de Campo
- (ii) AIR, assim como RANP 17/2015, busca alterar regra visando validar ponto defendido em litígio pela Agência

Petrobras defende a alternativa regulatória que se conforme ao conceito legal de Campo



Destacamos a melhor alternativa, embasada no **critério geológico de reservatórios** contínuos ou sobrepostos, não considerando, por exemplo, compartilhamento de infraestrutura, origem em mesmo PAD ou critérios arrecadatários.

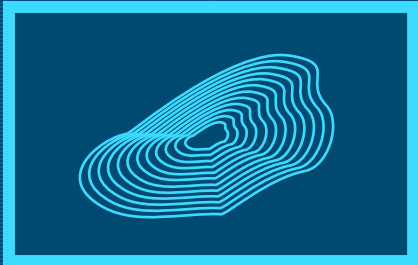
A possibilidade da Agência utilizar outros critérios que não os geológicos extrapola a competência legal da ANP e abre espaço para decisões que geram desequilíbrio do Setor de O&G, fuga de investimentos e insegurança jurídica

Petrobras defende Conceito de Campo com base em critérios geológicos, quando da submissão da Declaração de Comercialidade



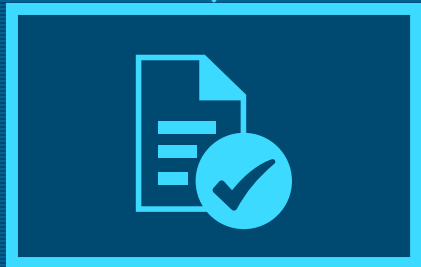
Função do compartilhamento de infraestrutura no conceito legal: Campo abrange as instalações de produção e não o contrário. O compartilhamento de infraestrutura é inerente à lógica econômica e operacional dos projetos de E&P e segue diretriz emanada de órgãos ambientais. Além disso, o compartilhamento de infraestrutura é uma decisão de projeto mutável; a definição de campo não deveria ser.

Petrobras defende Conceito de Campo com base em critérios geológicos, quando da submissão da Declaração de Comercialidade



Lógica do Plano de Avaliação de Descoberta (PAD): caráter embrionário de avaliar uma ou mais descobertas na área concedida/contratada e, com base em tal avaliação, analisar sua economicidade para que tal descoberta possa, eventualmente, ser considerada técnica e economicamente viável e passe a ser considerada uma jazida.

Petrobras defende Conceito de Campo com base em critérios geológicos, quando da submissão da Declaração de Comercialidade



Lógica do Plano de Desenvolvimento (PD): não se presta a delimitar campo, por se tratar do principal instrumento de planejamento do desenvolvimento e da produção de um Campo. É essencial que, quando da elaboração do PD, a área do Campo já esteja definida, dado que isso impacta a lógica do Desenvolvimento (art. 44, III e IV, Lei nº 9.478/97)

Petrobras defende Conceito de Campo com base em critérios geológicos, quando da submissão da Declaração de Comercialidade



Proposta Petrobras

Foco em definição do **Conceito de Campo** quando da submissão da DC e aprovação do RFAD, com base em conceitos geológicos, em vez da definição quando da aprovação do PD e com base em critérios genéricos